DECRETO Nº 5.478, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Homologa o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências.

GUIDO HOFF, Prefeito do Município de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do Art. 47, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º É homologado o Regimento Interno do CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE VERA CRUZ - CAE, aprovado através da Ata n.º 094, em reunião ordinária no dia 01 de março de 2017.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar de Vera Cruz, de que trata este artigo, fica fazendo parte deste Decreto, como anexo.

Art. 2º Revoga o Decreto n.º 3.707, de 22 de novembro de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2017.

GUIDO HOFF,
Prefeito Municipal.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

I.Secretaria Municipal de Administração, 02 de Março de 2017.

LEANDRO CLAUD WAGNER, Secretário.

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CAE – VERA CRUZ

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DA NATUREZA

Art. 1º O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE VERA CRUZ, criado pela Lei Municipal nº 3426, de 27 de julho de 2010 e alterada pela Lei nº 4.424, de 19 de janeiro de 2017 reger-se-á pelo presente regimento, observadas a Constituição, atribuições as normas e disposições fixadas em Lei.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 2º É de competência do CAE:

- a) Acompanhar e fiscalizar: o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; a universalização do atendimento aos alunos; a participação da comunidade no controle social; o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais; o direito à alimentação escolar, visando à garantia da segurança alimentar e nutricional dos alunos;
- b) Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;
- c) Zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas e sanitárias, bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos;
- d) Receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE, conforme legislação vigente, e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do Programa;
- e) Realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;
- f) Fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;
- g) Comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive e relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;
- h) Elaborar o Regimento Interno a ser aprovado pelo Executivo Municipal.
- i) Orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios nos estoques das escolas;
- j) Comunicar à Entidade Executora – EE – a ocorrência de irregularidade com os gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvios e furtos, para que sejam tomadas as devidas providências.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 3º O funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar – CAE – será através de reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias.

SEÇÃO I – DAS REUNIÕES

Art. 4º As reuniões serão de cunho ordinário, mensais, e /ou extraordinário, sempre que convocada pelo Presidente ou outros membros do Conselho, desde que representem no mínimo $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos conselheiros. As convocações serão feitas por telefone, ou por e-mail, ou por whatsapp, ou pelo facebook, com 5 (cinco) dias de antecedência.

Parágrafo único. As assembleias se instalarão em primeira convocação, quando garantida a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um integrante dos conselheiros. No caso de não haver o número mínimo de conselheiros anteriormente estabelecido, será realizada uma segunda convocação, em que a assembleia acontecerá independente do número de conselheiros presentes, podendo ser realizada no mesmo dia, decorridos, no mínimo, 30 (trinta) minutos após o horário marcado para a primeira convocação, desde que tenha sido convocada nestes termos.

Art. 5º As reuniões constarão de duas partes:

- a) Expediente
- b) Ordem do dia

Art. 6º O expediente abrangerá:

- a) Leitura, discussão, votação da ata anterior;
- b) Avisos, comunicações, leitura e correspondência recebida e enviada.

Art. 7º A ordem do dia abrangerá:

- a) Apresentação de proposições, documentos de interesse do plenário;
- b) Outros assuntos de caráter geral de interesse do Conselho.

Art. 8º De cada reunião, será lavrada ATA pelo Secretário (a) Executivo (a) ou por um membro da Diretoria designado pelo Presidente e posta em votação na reunião seguinte.

Art. 9º Relatada a matéria, será colocada em discussão, facultando-se a palavra por um período não superior a 10 (dez) minutos a cada um dos conselheiros que pedir a palavra.

Art. 10 As deliberações de qualquer natureza serão tomadas somente por maioria simples dos conselheiros presentes.

§ 1º Na ausência do conselheiro titular, deverá comparecer o seu suplente, com direito a voto;

§ 2º As votações serão secretas, podendo ser abertas se assim o Conselho deliberar.

SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art. 11 O CAE terá uma Diretoria que compreende os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário (a) Executivo (a).

Art. 12 O Presidente, Vice-Presidente e Secretário (a) Executivo (a) serão eleitos em escrutínio secreto e /ou por aclamação de acordo com a decisão dos conselheiros.

§ 1º A duração do mandato do Presidente, Vice-Presidente e do Secretário (a) Executivo (a) será de 4 (quatro) anos, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez;

§ 2º O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos e destituídos por no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim;

§ 3º Em seu impedimento, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

Art. 13 Atribuições do PRESIDENTE:

- a) Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias;
- b) Representar o Conselho em atos oficiais ou delegar esta função a um ou mais conselheiros;
- c) Aprovar a pauta de cada reunião e a ordem do dia;
- d) Tomar providências necessárias para o regular funcionamento do Conselho;
- e) Postular junto à Secretaria Municipal de Educação o atendimento de medidas ou providências que visem o pleno funcionamento e a eficiência do Conselho;
- f) Solicitar as providências e recursos necessários ao atendimento dos serviços do Conselho;
- g) Desempenhar todas as atribuições inerentes ao cargo;
- h) Conceder licenças de afastamento aos membros do Conselho;
- i) Assinar juntamente com o (a) Secretário (a) Executivo (a) atas das reuniões e a correspondência expedida;
- j) Exercer o direito do voto em caso de empate;
- k) Resolver questões de ordem levantadas pelo Conselho;
- l) Comunicar ao Poder Executivo a perda ou término de mandato de membros do Conselho;
- m) Apresentar ao término de cada ano, ao Poder Executivo, relatório de atividades do Conselho.

Art. 14 Ao Vice-Presidente, quando no exercício da presidência, caberá as atribuições do artigo anterior.

Art. 15 Na vacância do Presidente ou do Vice-Presidente, proceder-se-á à eleição de um substituto que completará o período que faltar para o término do mandato.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 16 São órgãos auxiliares da administração do Conselho:

I Assessoria técnica composta pela Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Rural e de Meio Ambiente;

II. EMATER/ASCAR.

III. STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Art. 17 Atribuições do (a) Secretário (a) Executivo (a):

- a) Convocar, por ordem do Presidente do Conselho, as reuniões do CAE;
- b) Secretariar as reuniões, lavrando ata e assinando as respectivas atas;
- c) Cumprir e fazer cumprir as ordens do Presidente;

- d) Superintender os trabalhos da secretaria zelando pela boa ordem dos serviços;
  - e) Comunicar ao Presidente, a necessidade de funcionários e/ou de outros recursos que possam contribuir para o trabalho do Conselho;
  - f) Submeter a despacho a assinatura do Presidente, e expediente que por ele deva ser assinado;
  - g) Programar e executar as atividades relativas à divulgação, pessoal e serviços gerais, comunicação, material, mecanografia e orçamento;
  - h) Expedir ao Poder Executivo os processos já decididos pelo Conselho, arquivando na secretaria qualquer expediente;
  - i) Protocolar e arquivar todo acervo pertinente ao CAE;
- Parágrafo Único: É vedado à Secretaria Executiva dar processos ou documentos em confiança a pessoas estranhas ao Conselho, sem autorização do Presidente.

Art. 18 Compete à Assessoria Técnica:

- a) Desincumbir – se de todas as tarefas que lhe forem solicitadas pelo Presidente;
  - b) Realizar estudos e pesquisas necessários do que for solicitado pelos membros do Conselho;
  - c) Prestar todas as informações que lhe forem solicitadas no atendimento do expediente externo do conselho nos dias que forem determinados pela presidência;
  - d) Manter organizado o acervo do material de legislação (consulta e estudo) relacionado especialmente com os assuntos de competência do Conselho;
  - e) Assistir as reuniões prestando os esclarecimentos necessários.
- Parágrafo Único: Toda a correspondência expedida será assinada pelo Presidente.

CAPÍTULO V DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 19 São deveres dos conselheiros:

- a) Participar de todas as reuniões e repassar todas as decisões ao seu suplente que no impedimento do titular a substituirá naturalmente;
- b) Obedecer as normas regimentais;
- c) Desempenhar com eficiência as missões para que hajam sido designados;
- d) Assinar o livro de presença nas reuniões que se fizeram presentes e a referida ata.
- e) Zelar pelo bom nome e prestígio do Conselho.

Art. 20 São direitos dos conselheiros:

- a) Tomar parte nas atividades normais do Conselho, podendo apresentar proposições, requerimentos, moções, questões de ordem, intervir nos debates da reunião e solicitar vistas de qualquer expediente submetido a apreciação do Conselho;
- b) Concorrer em eleições aos cargos de presidente, vice – presidente e secretário(a) executivo(a);
- c) Apresentar ao Conselho quaisquer assuntos relacionados com suas atribuições;
- d) Usar o nome de: Conselheiro do Conselho de Alimentação Escolar – CAE – Vera Cruz.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21 O município incluirá no orçamento, dotações que permitam ao Conselho desincumbir-se de suas funções.

Art. 22 Os secretários municipais, os vereadores de Vera Cruz e convidados especiais, poderão participar das sessões por convite do Conselho.

Art. 23 O presente regimento interno só pode ser alterado com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho e após homologação pelo poder executivo do município.

Art. 24 O CAE funcionará em caráter permanente, salvo durante o recesso anual, em período a ser fixado pelo presidente do Conselho.

Art. 25 Perderá o mandato, o conselheiro que, sem justificar a ausência, faltar três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas e não se fizer representar pelo seu suplente.

Art. 26 Os membros do Conselho são nomeados pelo Poder Executivo através de Portaria.

Art. 27 Os casos omissos e não previstos no presente regimento serão resolvidos, na reunião ordinária ou extraordinária do Conselho.

Art. 28 – Este regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho e referendado pelo Executivo Municipal.

VERA CRUZ, 01 de março de 2017.

SECRETÁRIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

DEMAIS MEMBROS: